

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS EM 2019: DESASSISTÊNCIAS NA ÁREA DA SAÚDE

ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de¹

Centro Universitário São Lucas/Universidade Federal de Rondônia

E-mail: profrafaelsocio@gmail.com

MACHADO, Amanda²

Centro Universitário São Lucas

Introdução: Os contatos interétnico são marcados por mudanças nos elementos centrais dos povos ao passo que os eixos étnicos centrais são preservados, como afirma Fredrik Barth em “Os grupos étnicos e suas fronteiras”, da mesma forma agem os povos indígenas brasileiros no que tange às suas relações com a sociedade circundante e o Estado. Uma das formas de organização se pauta na criação de entidades indígenas (especialmente após 1988 com nova CF) e no apoio com entidades indigenistas, sendo uma das mais atuantes o Conselho Indigenista Missionário, CIMI, que é responsável por organizar um corpo de pesquisadores e lideranças indígenas e indigenistas para a redação de um relatório anual da violência contra as etnias brasileiras. Nosso **objetivo** é analisar os dados do relatório de 2019 da violência contra os povos indígenas no Brasil publicado em outubro de 2020, sobre as violências decorrente de desassistência na área da saúde. **Material e métodos:** O relatório analisado foi obtido no sítio virtual do Conselho Indígena Missionário (CIMI) e seus dados foram compilados a partir de dados dos Distrito Sanitários Especiais da Secretaria Especial de Saúde indígena. Neste resumo iremos realizar uma análise documental com corpus simplificado, destacando os resultados que apontem para a ausência de acesso a saúde das populações durante o ano de 2019. **Resultados e discussões:** Em pesquisa de doutoramento de um dos autores, ainda não publicada, é possível destacar a redução drástica do orçamento não fixo da FUNAI, sendo boa parte de seu recurso para despesas fixas (especialmente de pessoal) o que se reforçou em 2019 (na ordem dos 34 milhões de reais e contingenciado pelo Decreto 9.711/2019), tal cenário impossibilita a realização de muitas ações de assistência em saúde para as populações indígenas, especialmente no apoio institucional para programas de etnodesenvolvimento e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), dados estes que serviram de base para análises realizadas a seguir no documento base desta pesquisa. O relatório da violência de 2019 reafirma o estrangulamento econômico e político vivido pelo indigenismo estatal brasileiro que se repete desde o começo do século XXI. Foram destacados oitenta e cinco casos de desassistências em saúde por parte do Estado, este número parece pequeno quando comparado ao número de etnias (305) e população (passando de 1 milhão de indivíduos) mas cada ocorrência representa o impacto em populações inteiras como a contaminação da água acessível de diversos povos no Acre (município de Feijó) devido a dejetos de grandes fazendas da região, no Distrito Federal o problema com o Sistema de

Saúde Indígena era orçamentário: não existia recursos para pagar EPI ou alimentação de funcionários em deslocamento, sendo assim os indígenas foram não atendidos até mesmo aqueles que precisavam de tratamento contra o câncer, já no DSEI Cuiabá todos os médicos, dentistas e farmacêuticos foram exonerados e não há recurso para nova contratação, resultando que apenas uma técnica em saúde atendia todas as comunidades subordinadas ao Distrito dez dias por mês – o DSEI Cuiabá é o que tem maior densidade populacional do país. No Pará retorna um fenômeno que não ocupava análises em larga escala desde o século passado: contaminação de populações indígenas por mercúrio decorrente da volta do garimpo ilegal, impulsionado pelo PL 191/2020 que intenciona permitir garimpo, criação de gado, monocultura de larga escala, retirada de madeira e turismo dentro de terras indígenas realizadas pelos grupos étnicos e empresas não indígenas. A mortalidade infantil abarcou 825 indivíduos em 2019, sendo que em 2018 este número foi de 591 casos, já o suicídio 133 em 2019, trinta e três a mais que em 2018, fenômenos estes agravados pela falta de assistência na saúde básica e acompanhamento profissional da saúde mental das populações indígenas. **Conclusão:** O fenômeno da falha de assistência aos povos indígenas a partir do indigenismo oficial é histórico e se agudiza a cada ano que avançamos na narrativa do contato. Tais falhas possuem alguns espectros centrais, dos quais destacamos: político, onde mesmo governos desenvolvimentistas sociais são excludentes com relação aos povos indígenas, econômico, especialmente no que tange ao espaço do Brasil na divisão internacional do trabalho e da divergência cultural no que tange aos usos da terra e territorialização, gerando conflitos.